



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

TERMO DE REFERÊNCIA DOS QUARTOS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

1- Licitação para termo permissão de uso oneroso do quarto 22 localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se a seguir os principais itens.

1.2 O quarto nº 22 para comercio de **doces ,Salgados e Bebidas em geral, não sendo permitida produção no local; e também ramo de fritura de pescados, sendo que somente poderão ser utilizados equipamentos elétricos, e quanto á obtenção do alvará dos bombeiros, será de responsabilidade exclusivamente do vencedor do processo licitatório proceder á alteração do PPCI, já aprovado pelo 3º CRB: com área de 20,63**

1.3 - O valor mínimo de locação para o quarto nº 22 será de R\$ 434,30 (Quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do termo de permissão, pelos índices da variação da (URM) Unidade de Referencia Municipal.

1.4 - O prazo de locação será de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do termo de permissão;

1.5 - O valor mensal da permissão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 – Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

1.7 – Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A área do quarto 22 é de 20,63m2 não será permitido alterar as características arquitetônicas das dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;

1.9 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.10 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem pleno conhecimento do Decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

1.11 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

1.12 - O prazo de pagamento da permissão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

1.13 - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência do presente permissão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do termo de permissão;

1.14 - Todas as obras necessárias serão executadas de conformidade com o MEMORIAL DESCRITIVO DA REFORMA SIMPLIFICADA ANEXA AO PRESENTE referente a cada dependência conforme o ramo de atividade definido com autorização pela concedente. Após a assinatura do termo antes do início da (s) obra(s), deverá ser realizada uma reunião com a participação da locatária, de técnicos da UPU (Unidade de Planejamento Urbano da Secretária Municipal de Coordenação e Planejamento) e Comissão de Fiscalização indicada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, a fim de estabelecer todos os critérios para execução dos serviços, andamento das atividades e conclusão das obras. (1.5- M.D.R.S.) Os custos das obras realizados serão de exclusividades do vencedor do presente processo, não serão abatidos no valor das prestações mensais das locações.

1.15 - As benfeitorias (obras) realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

1.16 - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

1.17 - A permitente, na vigência do termo de permissão, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização;

1.18 - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;

1.19 - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de 500 URM, Unidade de Referência Municipal pelo lapso de tempo devidamente comprovado;

1.20 - O não cumprimento reiterado de cláusulas constituirá motivo para a plena rescisão do termo de permissão;

1.21 - Atestado de visita ao local, declarando que concorda em efetuar todas as obras de conformidade com o Memorial descritivo da Reforma Simplificado do quarto necessários, antes de iniciar as atividades comerciais, bem como as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária, alvará dos bombeiros, bem como outras exigências necessárias para o funcionamento da atividade recomendada, Sendo que o referido atestado será fornecido pela SMPD, após a realização da visita pela empresa participante na dependência. Salientamos que a visita deverá ser agendada dois dias de antes da abertura das propostas junto a SMPD pelo telefone 32-33 84 30.

1.22 - Somente após a conclusão da execução da obra em conformidade com o memorial descritivo da reforma simplificada do quarto com o devido termo de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

recebimento definitivo da obra pelos técnicos responsáveis pelo projeto ou comissão designada para tal fim, será assinado o termo de ocupação do imóvel, dando assim início a cobrança do valor da locação e a vigência do período de ocupação.

1.23 – Serão vedados à participação de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

1.24 – **Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.**

1.25 – Não será permitida a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada, apenas expositores junto à tela com espaço máximo de 0,20cm.

1.26 – Ao ser homologado o vencedor o Termo de permissão só será assinado após a Secretária de Município de Desenvolvimento Primário obter ao alvará dos bombeiros para que a Secretária Municipal da Fazenda possa liberar o Alvará de funcionamento.

1.27 - A escolha da proposta vencedora será para o maior valor ofertado.

1.28 – O quarto de nº 22, não foi contemplado no (PPCI)- PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, com rede de gás liquefeito, portanto e expressamente proibido o uso de aparelhos ligado a gás liquefeito (GLP).

1.29 – O participante do quarto 22 deverá juntar declaração expressa que esta ciente do não usa de aparelhos ligado a gás liquefeito (GLP).

José Leomar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário.